

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO JURÍDICO PARA A POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA

Maria Aparecida Wilke Rizzo MANSUR¹
André Luiz PODOLAK²
Fabiane GARCIA³
Gilmar OLIVEIRA⁴
Elaine Silvana Garcia REDANTE⁵
Maria Eugênia BERTOLDI⁶

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a importância do psicólogo jurídico no contexto do sistema prisional brasileiro bem como sua atuação no acompanhamento do apenado com vistas a entender todo cenário em que ele está inserido e o motivo subjetivo que o levou a cumprir aquela sanção. Vislumbra-se assim, a reabilitação da pessoa possibilitando atingir a melhor hipótese, que é a sua reinserção na sociedade. A interdisciplinaridade, psicologia e direito iniciou-se no século XIX, através da psicologia do testemunho. Outros consideram que foi a obra “Psychologie Naturelle” do médico francês Prosper Despine, sobre estudo de criminosos da época, o marco que determinou o surgimento da psicologia jurídica. O fato é que a relação direito e psicologia se desenvolveu a tal ponto que ultrapassou os limites da confecção de laudos sobre testemunhos e evoluiu a ponto de se tornar uma importante ferramenta para estudar os elementos e circunstâncias envolvidas em uma demanda. E assim, a partir da década de 1960 no Brasil, a ciência do ser, como é chamada a psicologia, passou a ser peça importante para o direito. Hoje, exerce um papel fundamental respaldando os magistrados no momento de sua tomada de decisão através de seus pareceres e indicações para a melhor solução do conflito. Dentre os diversos campos de atuação da psicologia nosso foco é o direito penal. Desde os tempos imemoriais e por muito séculos as penas para crimes naquelas sociedades eram formas de vingança coletiva através de práticas arbitrárias e, muitas vezes com severo grau de crueldade. A partir do século XVII deu-se o início do que hoje conhecemos como estado democrático de direito passando-se a trocar as

¹ Maria Aparecida Wilke Rizzo Mansur - Graduada em Letras Anglo Portuguesas, pela Universidade Tuiuti do Paraná e pós-graduada em Planejamento de Gestão e Negócios pela Fae Business School. Discente no segundo período do curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz. Atua na área de liderança e organização de eventos empresariais. E-mail: tidamansur1@gmail.com

² André Luiz Podolak - Graduado em Tecnologia em Redes de Computadores, pela Faculdades Integradas Santa Cruz. Funcionário público da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Discente do segundo período do curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz. E-mail: annddrre@gmail.com

³ Fabiane Garcia da Costa - Discente no segundo período do curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz. Atua na área de gerência em vendas e liderança profissional. E-mail: fabianegarcia181288@gmail.com

⁴ Gilmar Oliveira - Discente no segundo período de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz. Email: gilaroli84@hotmail.com

⁵ Elaine Silvana Garcia Redante - Graduada em Administração de Empresas pelas Faculdades Integradas Santa Cruz e discente no segundo período de Direito na mesma instituição. Email: elainesilvana@gmail.com

⁶ Maria Eugênia Bertoldi - Doutoranda em Educação Universidad de La Plata. Professora das Faculdades Santa Cruz INOVE, Pedagoga, Psicopedagoga, Psicanalista. Mestra em Psicologia (fundamentos psicossociais do desenvolvimento humano-psicanálise)-Universidade São Marcos- linha de pesquisa: constituição do sujeito na família e na clínica. Pós-graduada em Psicopedagogia e em educação especial. E-mail: mariaeugeniabertoldi@gmail.com

penas severas pela defesa dos direitos humanos fundamentais bem como dos acusados. Nossa Lei de Execução Penal lhes assegura os direitos humanos através de assistência médica, religiosa e social. Neste sentido caminha o psicólogo jurídico que busca atuar em prol de todo sistema com vistas a promover mudanças satisfatórias para torná-lo mais eficiente. A partir de 1984 o trabalho do psicólogo foi reconhecido frente ao sistema carcerário brasileiro. A partir deste divisor de águas deu-se início a um trabalho importante junto a população carcerária brasileira que é composta em sua imensa maioria por pessoas de baixa renda e baixa escolaridade. A demanda é imensa e o trabalho é intenso e extenso iniciando-se com uma triagem dos aprisionados classificando suas necessidades, quais sejam, se analfabetos serão encaminhados para alfabetização; os sem profissão são encaminhados para profissionalização. Aqueles com transtorno mental serão adequadamente tratados e dependentes químicos encaminhados para terapias. O Conselho Federal de Psicologia defende que se a sociedade oferecer assistência psicossocial e preparo profissional aos egressos, a reintegração na sociedade terá mais chances de ser bem sucedida, diminuindo consideravelmente a reincidência. No entanto a realidade demonstra que no caótico e superlotado sistema prisional brasileiro é extremamente difícil o cumprimento das medidas que certamente poderão surtir os efeitos que a sociedade tanto deseja. Ainda assim, a psicologia jurídica tem provado ser possível lograr êxito e demonstra confiança na recuperação de apenados.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Jurídica. Recuperação. População Carcerária. Acompanhamento. Apenado.